

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANÁLISE: REVISITA AOS GOVERNOS DOS PRESIDENTES DO BRASIL – FHC E LULA

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR BASIC EDUCATION: REVISITING BRAZILIAN GOVERNMENTS FHC AND LULA

Neila Nunes de Souza **1**
Maurício Alves da Silva **2**
Carlos Roberto Ludwig **3**

Doutora em Educação - Universidade de Brasília - UnB, (Políticas Públicas) 2017. Possui Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2000). Graduação em Pedagogia - Universidade Católica de Pelotas - RS (1991). É professora efetiva da Fundação Universidade Federal do Tocantins, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas públicas, avaliação institucional/educação superior; política e formação de professores; sala de aula; educação pública; educação no campo, educação básica/ensino médio e Banco Mundial. E-mail: neilasouza@uft.edu.br

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1994), Especialista em Cartografia pela UFMT (1996), Mestre em Engenharia Civil na área de Cadastro Técnico Multifinalitário pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1999), Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2013). Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Cursos de Geografia - Licenciatura e Bacharelado. Mauricio.silva@uft.edu.br

Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutor e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Letras- Português, Inglês e Literaturas e Letras - Português, Francês e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (2005). Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente em Língua Inglesa, Literaturas de Língua Inglesa, Estudos da Tradução, Ensino de Línguas, Documentação em Língua de Sinais e Estudos da Língua Brasileira de Sinais, Cultura e Educação de Surdos. carlosletras@mail.uft.edu.br

Resumo: Esse artigo discute questões da gestão pública dos governos de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). O objetivo foi abordar questões atinentes as gestões dos Presidentes do Brasil, no que tange à educação básica, dos anos de 1995 a 2010, período que compreende os governos de FHC e Lula da Silva o que os aproxima e no que se configurou como ingerência do setor privado e Banco Mundial na educação do País. Elementos das políticas educacionais do governo do Presidente FHC são referenciadas em dois eventos internacionais a saber, a Conferência Mundial de Educação para Todos e o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Nas políticas do governo do Presidente Lula, o pressuposto de análise é o Programa de Governo para a candidatura a presidência da república. As ações que unem esses dois governos, em que pese avanços e retrocessos é também a continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais.

Palavras-Chave: Educação Básica. Políticas Públicas. Governo.

Abstract: This article discusses some issues on the public management of the governments of Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) and Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). The objective was to address issues related to the administrations of the Presidents of Brazil, regarding basic education from 1995 to 2010, a period that includes the governments of FHC and Lula da Silva, which approximates them and in what was configured as interference of the private sector and the World Bank in the country's education. Elements of educational policies of President FHC's government are discussed in two international events, namely the World Conference on Education for All and the Report to UNESCO of the International Commission on Education for the 21st Century. In the policies of the government of President Lula, the assumption of the analysis is the Government Program for the candidacy for the presidency of the republic. The actions that unite these two governments, in spite of advances and setbacks, is also the continuity and deepening of neoliberal policies. **Key-words:** Basic Education. Public Policies. Government.

Introdução

Propomos discutir as políticas educacionais dos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, trataremos dos eventos nacionais, influenciados por organismos internacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, Lei 10. 172/2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Será apresentado, ainda, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, além de inflexões em Carta ao Povo Brasileiro e como *pano de fundo* o Programa *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, que será referência no texto, no que era proposta, e o que se configurou na prática, com o governo eleito.

Fazer referência, no plano da historicidade, de quatro gestões de Presidentes da República que exerceram por quatro mandatos duas legislaturas cada um, pressupõe que as análises se propõem a pontuar elementos dessas gestões, anos de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, nas complexas e contraditórias determinações que os constituem. O tempo cronológico apenas não revelaria aspectos que vão se constituindo historicamente. Faz-se necessário esclarecer que não é proposição desse texto uma análise exaustiva dos dois governos, mas sim, foram eleitas ações e políticas que revisitam o referido período histórico, pontualmente nos governos, as políticas e o Banco Mundial.

Assim, com vista a sobrevoar os meandros ou, utilizando outra metáfora, os caminhos emaranhados dos governos, com uma única certeza de que é necessário decolar e pousar, pois os limites do tempo no estudo nos impõem que, além de nos permitirmos voar alto, também quiçá alguns rasantes, na discussão de algumas contradições dos governos. É nessa certeza provisória que sentimos a necessidade de apresentar aspectos nos múltiplos olhares, com a pretensão de que com Lenin aprendemos a fazer análise concreta, de uma situação concreta indagar e a questão central que se coloca. O que os governos dos Presidentes de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva apresentam e representam enquanto chefes de Estado em relação às políticas para a educação brasileira?

O comportamento dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva perante o problema da ingerência dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial nas políticas e leis da educação do país pode ser um parâmetro para avaliarmos a questão que propomos, bem como o financiamento dispensado para a educação.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, as políticas para a educação que embalam suas gestões

Partimos de que “[a]nalisar a política educacional de um determinado governo é uma tarefa complexa”. (LEHER, 2010, p.370). Para Leher “em termos metodológicos”, os enganos advêm do parâmetro que se utiliza na análise, nas expressões do autor, é o metro. A proposta neste estudo não é adotar os parâmetros do governo anterior como base para a comparação, nem de colocar ênfase em um dos governos, nem simplesmente reduzir, como alerta o autor,

[a] análise à legislação, investigando os dispositivos legais e normativos dos governos e seus programas como se esta base empírica pudesse, por si só, tornar inteligível, a política educacional de um determinado governo”. Embora o exame das medidas normativas e dos programas de governo seja imprescindível, ater-se a eles é um método insuficiente, pois oculta os contextos histórico, econômico e político que, afinal, conferem sentido a determinadas medidas governamentais (LEHER, 2010, p.371).

Os apontamentos mencionados se fizeram necessários para que se dimensione que, mesmo correndo o risco de incidir nos equívocos apontados na análise desse momento da história, não o fazemos desprovidos de considerar fundamentalmente a historicidade, o momento político e a própria economia, tendo como foco a educação. Com esse intento, tratamos da educação em dois governos em pontos que consideramos essencialmente relevantes nesse período.

As limitações são inúmeras nas comparações de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Em uma análise aligeirada será fácil encontrar os louros para Lula já que nas palavras

de Leher (2010) “a comparação ocorre a partir do quadro de terra arrasada provocado pelo octanato Cardoso”. Leher diz que as tentações provocadas por cantos de sereia e pelas paixões são poderosas. É dessas tentações que deve sobressair a ciência, desse momento contraditório da história brasileira e, ao mesmo tempo, apaixonante e desapaixonado dos períodos em que o Sociólogo – Professor Fernando Henrique Cardoso, foi Presidente do Brasil, sucedido na sua gestão pelo Metalúrgico – Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que não possuía diploma de curso universitário. A análise temporal é dimensionada em duas gestões dos dois presidentes, dos anos de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, respectivamente.

Assim, para contextualizar, relembramos do início do período de redemocratização do País com o governo federal de Fernando Collor de Mello, que foi eleito em 1989 como a alternativa do novo e arrojado, abrindo o mercado ao gosto das políticas denominadas de neoliberais. Em 1992 ele deixa o cargo para o vice – presidente Itamar Franco e na sucessão, devido ao “impeachment” do Presidente Fernando Collor de Mello, as eleições seguintes elegem o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), objeto de nossa análise.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, que é como se popularizou, consolida o Plano real, iniciado no Governo de seu antecessor, o presidente Itamar Franco. Na época Fernando Henrique Cardoso era o ministro da economia. Neste período a reforma do Estado brasileiro tem seu viés perverso, sendo sentida, sobretudo, com a precarização e ausência dos serviços públicos para a população, a privatização de empresas estatais, algumas contestadas a sua lisura nos processos, a criação das agências regulatórias e a mudança da legislação que rege o funcionalismo público, bem como a introdução de programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Vale Gás e Alimentação, ações do governo FHC. Os programas de governo “Brasil em Ação”, no primeiro mandato, e, no segundo, “Avança Brasil” primaram pela desresponsabilização do Estado na lógica do Estado mínimo que “significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital” (FRIGOTTO, 1999, p. 163).

Sobre o Estado mínimo Frigotto (1999) elucida que os mecanismos vão desde as apologias da esfera privada, da descentralização e da flexibilização, como aparatos de democratização e de eficiência que são os mais frequentes. “Na prática, a descentralização e flexibilização tem se constituído em processos antidemocráticos de delegação de empresas (públicas ou privadas) [...]” (idem, p. 164).

A cultura gerencial empreendedora no serviço público, com destaque para às parcerias Público Privadas, conhecidas como PPPs com programas, gerentes e foco em resultados, foram a tônica dos dois programas das duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na educação **básica**, essa lógica de desresponsabilização e privatização é evidenciada, sobretudo nos documentos legais que são aprovados com a ingerência do executivo, como será percebido no decorrer do estudo, nas quatro gestões, dos dois governos. As mudanças na legislação acontecem desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996, da lei maior da educação ao plano que deveria vigorar e ser cumprido por pelo menos (10) anos, na Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE e nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs tem-se a exata dimensão do acirramento desse processo, visto que as orientações dos organismos financeiros internacionais foram, ao longo dos anos, sendo seguidos com a anuência dos governantes.

Nesse cenário, a partir da década de 1990, o Banco Mundial encontra no Brasil o terreno profícuo para implantar as suas *ideias* para a educação, passa de emprestador de dinheiro a formulador de políticas para o País. Os novos valores estão ligados à gestão, à avaliação, à eficiência, e à ajuda do setor privado como imprescindível ao oferecimento dos serviços educacionais, sendo o mercado o seu regulador.

Ao longo da argumentação, com o intuito de desvendar e captar o que aparece e, ao mesmo tempo, se esconde, passamos à análise da era Fernando Henrique Cardoso e após ao governo de Luis Inácio Lula da Silva, que não obedecerá uma sequência cronológica de fatos, e de ações dos governos que em determinados momentos apresenta-se separados e em outros, em vir e ir, juntos.

Revisitando pontos da era Fernando Henrique Cardoso – FHC

O recorte que passamos a apresentar, a partir de então, se dá por entendermos que o

governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi eleito¹ Presidente da República do Brasil em 1994² e propiciou o que os especialistas denominam de abertura do país ao mercado internacional, tendo repercussão em todos os setores da sociedade.

Por meio do Ministério da Educação, o governo no ano seguinte à sua posse, apresenta o Planejamento Político Estratégico, tomando para si a responsabilidade de coordenar as políticas, metas e estratégias, sob a orientação do Banco Mundial. Eram os anos de 1995 e, especialmente, a década que os organismos internacionais aprofundam suas inserções na interferência no País com a anuência e consentimento dos brasileiros que ocupavam o poder na época.

Os grandes eventos internacionais se apresentam como a condição para o ajuste estrutural e as reformas dos países, definindo as prioridades, traduzidos também em assessorias especializadas e dinheiro.

O marco dessa análise é a Conferência Mundial de Educação para Todos³ realizada em Jomtien na Tailândia no ano de 1990, na qual participam 155 países signatários, e o que foi posto foram às *necessidades básicas de aprendizagens* nas competências e habilidades e recomendações aos governos para a educação das mulheres, com a ênfase no gênero. Naquele cenário, Frigotto e Ciavatta (2003) apresentam que o Brasil figurava entre as maiores taxas de analfabetismo do mundo, propício aos organismos interferirem para desenvolver ações com o fim de impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família e na comunidade, sob a fiscalização da Unesco.

O Banco Mundial, segundo Frigotto e Ciavatta (2003), adotou as conclusões da Conferência, ditando as diretrizes políticas para as décadas subsequentes a 1990 e publicando o documento “Prioridades y estrategias para la educación”, em 1995. É o Banco tomando as rédeas com o discurso de erradicar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino e dar atenção ao atendimento escolar. E, nessa esteira, ele recomenda ‘a reforma do financiamento e da administração da educação, iniciando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos’, (idem, p.99) com o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem e a descentralização da administração das políticas sociais.

O papel da educação básica é ajudar a “reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde” e gerando atitudes de participação na economia e na sociedade (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 99-100).

O movimento internacional, com o propósito de alavancar as reformas no Governo Fernando Henrique Cardoso, firmara-se também por intermédio de outras agências e de outros documentos sobre a educação. Era imperativo que se realizasse uma ampla reforma na educação brasileira. A Unesco e o Banco Mundial agem como impulsionadores externos das reformas, segundo Frigotto e Ciavatta (2003), entre 1993 e 1996 e a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, convocada pela Unesco e coordenada por Jacques Delors, produziu o Relatório publicado com o mesmo nome, na qual faz um diagnóstico do ‘contexto planetário de interdependência e globalização’.

Nesse contexto Leher (1998) afirma que, sempre, a globalização é memorada porque é a ideologia mais ampla para legitimar a necessidade de ‘reformas estruturais de função neoliberal’. No caso dos países latino-americanos, não há como dissociar a ideologia da globalização das políticas de ajuste estrutural, encaminhadas pelo Banco Mundial. O ajuste estrutural é feito justamente em nome da globalização que, conforme o discurso dominante justificará os sacrifícios do presente. (LEHER, 1998, p. 119-120).

Nesses termos, o Relatório Delors faz recomendações de conciliação, consenso, cooperação

1 FHC sucedeu Itamar Franco à eleição de 1994. Foi a 2ª eleição direta após o regime militar e foi a 4ª realizada após a Constituição Federal de 1988. FHC elegeu-se em uma coligação que incluía os maiores partidos da época – PSDB, PTB e PFL.

2 A Nota de Introdução à Edição Brasileira, que consta na página 9, do Relatório Jacques Delors Educação um tesouro a descobrir é assinada pelo Ministro Paulo Renato Souza, diga-se de passagem que a proposta de governo do candidato FHC para seu primeiro mandato (Cardoso, 1994) foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza. A característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta foi o destaque para o papel econômico da educação. Ministro da Educação, cargo que ocupou de 1995 a 2002, durante os dois mandatos de FHC. Um dos responsáveis pelo acirramento da privatização da educação no País, já havia participado na composição das políticas para o País, inclusive do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, entre outros brasileiros.

3 Conferência Mundial sobre Educação para Todos - financiada pelas agências: Unesco, Unicef, Pnud e Banco Mundial.

e solidariedade para enfrentar as tensões da mundialização. A educação vista como ferramenta fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder a esses desafios. Segundo o relatório de 2006, “após a etapa essencial que foi a Conferência de Jontien sobre educação básica, é o ensino secundário que ocupa agora, com caráter de urgência, a nossa atenção, [...]”.

No prefácio do Relatório Jacques Delors ‘Educação, um tesouro a descobrir’, a apologia da comissão à Unesco, bem como “a educação ao longo de toda a vida”, que culmina com quatro pilares⁴ da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser, - dialoga com os princípios da Conferência e apresenta-se como forma de materializar os propósitos desses organismos.

Esses eventos internacionais foram balizadores das políticas de educação básica que viriam a se concretizar no Governo Fernando Henrique Cardoso e no primeiro grande evento no País acontece em 1993, influenciado pela Conferência supracitada, são acolhidas as bases que inspiraram o Plano Decenal da Educação para Todos. Se o Plano efetivamente não contribuiria na Educação para Todos⁵ ele também, de certa forma, acontece no vigorar de uma década, e, é incorporado a outros documentos legais que tramitavam e que exigiam do governo e dos organismos internacionais atenção, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁶.

A primeira e mais importante opção da nova equipe dirigente do MEC no tocante à ação do governo de FHC, para Cunha (2003), foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB⁷. A LDB, aprovada em 1996 é marcada também por uma discussão realizada por oito anos no seio da sociedade e intelectuais, contando com diversas entidades envolvidas com a educação, conduzida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública⁸.

Para Krawczyk & Vieira (2012) no que se refere à LDB, foi criado um impasse entre dois projetos educacionais antagônicos, um era o projeto originário das lutas pela democratização do país e o segundo projeto era consolidado no bojo das tendências internacionais⁹, que se apresentava como inovador e capaz de trazer modernidade para o país. Tal impasse foi superado pelo executivo, pois o governo em uma manobra política apresenta o substitutivo Darcy Ribeiro.

Nas palavras de Cunha (2003) o governo apoiou o projeto de Darcy Ribeiro, porque seria mais fácil mudá-lo, com o fim de adequá-lo às políticas do governo, como já vinha acontecendo desde o governo Collor. Aprovado “[o] MEC preferiu que o projeto deixasse de tratar dos temas que seriam objeto de projetos de lei específicos, ou o fizesse de modo bastante genérico, [...] assim, o

4 Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1996, p.p. 101-102). Aprender a conhecer, aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida. Aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho. Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal.

5 Caracteriza-se como o efetivo começo de uma convergência e ingerência nas políticas públicas dos Estados — Nação são os organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, estava dado o sinal para a *Agenda Global da Educação*. “Essa começaria de forma relativamente tímida com o programa Educação para Todos, no início dos anos 1990, mas ganharia fôlego ao longo — e na virada — do decênio, com as Metas para o Milênio (2000) e o Fórum de Dakar (2000), e, ainda, o Fast Track Initiative (2002), que acabaria por se tornar, em 2011, o *Global Partnership for Education*. (Mello, 2012, p.223).

6 Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs publicados na sua versão preliminar dois anos após o Plano Decenal de Educação para Todos, lançada como preliminar pelo governo, que tinha como consultor César Coll, espanhol, e para acalmar os anseios da comunidade, sobretudo a acadêmica, envia as instituições com o fim de que retornassem sugestões ao documento, vale dizer, sem tempo hábil para discussão, quiçá para sugestões. Documentos — PCN de 1ª a 4ª série, enviados as universidades e secretarias de educação dos estados brasileiros, cópia com brochura em espiral. Os únicos dos componentes curriculares que não tinham sido confeccionados eram o de Geografia e História. “Os Estados Partes do Mercosul assinam o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio não Técnico [...] em agosto de 1995 em Buenos Aires [...]”. (SOUZA, 2000, p. 39). Nos termos do referido Protocolo é acordado um currículo comum de História e Geografia dos Estados Membros, motivo pelo qual os PCN dos referidos Componentes Curriculares foram os últimos a ser confeccionados.

7 O longo processo de tramitação da LDB, após a Constituição de 1988, foi uma das expressões da mudança na correlação de forças sociais que se manifestou na adoção do projeto neoliberal de Estado, alterando as prioridades e as orientações na política educacional na década de 1990. A crise do capitalismo internacional, que afeta a região a partir da década de 1980, e a impossibilidade dos programas econômicos implantados superarem os sérios problemas econômicos e sociais legados pelo governo militar, produziram um clima de descontentamento que facilitou o advento do neoliberalismo, apesar dos direitos políticos e civis conquistados com o fortalecimento das forças progressistas. (KRAWCZYK & VIEIRA, 2012, p. 57).

8 O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi um “Espaço constituído pelas entidades nacionais de educação para debates, ações e formulação de propostas para a educação nacional. Em Gohn (1999) o Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito surgiu em 1986, como uma expressão da sociedade civil que teve como objetivo reivindicar um projeto para a educação nacional, a redemocratização da sociedade brasileira e a realização de eleições diretas em todos os níveis do Governo.

9 Leia-se organismos internacionais, setor privado, fundamentalmente donos de instituições de ensino.

projeto de LDB do Senado prosseguia na tramitação parlamentar, pelas comissões e pelo plenário, ele foi sendo adaptado, [...]”. (CUNHA, 2003, p.39).

Com isso, o projeto toma cor e forma e é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Com particularidades, constata-se que a LDB 9394/96 avançou em alguns direitos nas políticas públicas da educação, porém o que tem de mais caro nas lutas políticas e sociais, foi sucumbido, mesmo assim, o campo das disputas não foi silenciado, eram latentes. Uma série de negativas e retrocessos para a educação brasileira, a exemplo do processo de debate e discussão mencionado, que foi capitaneado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública não foi contemplado no texto o Sistema Nacional de Educação e, vale mencionar, a falta de autonomia do Conselho Nacional de Educação – CNE. Ao que é elucidado

Cardoso tinha clareza de que a proposta de LDB em discussão na Câmara não era compatível com seu projeto mais amplo, pois ao fortalecer o conceito de sistema nacional de educação a nova lei acabaria reforçando o papel do Estado Federal na educação e o controle do Estado sobre o setor privado. Para as forças que dirigiam seu governo, no lugar de um sistema nacional, melhor seria estruturar iniciativas descentralizadas e fragmentadas, adaptadas as situações específicas, [...] (LEHER, 2010, p.375).

Aprovada a Lei Nº 9394, de 1996, que “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, e sendo o Sistema Nacional de Educação protelado, o debate da educação em pautas e desloca para o Plano Nacional de Educação e a necessidade do cumprimento da legislação. Ou seja, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê no Artigo 214 que a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho e da promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A erradicação do analfabetismo que, nas palavras de Saviani (2014), demonstra a marca da descontinuidade na política da educação, ocupando em primeiro lugar, seguida pela universalização do atendimento escolar, que aparecem como metas prioritárias, foram adiadas. Se por um lado, o Artigo 214 da Constituição garantia o plano nacional de educação nos termos supracitados, por outro, observa-se que a Constituição é datada de 1988 e a Lei 10.172, que aprovou o referido Plano, é de 09 de janeiro de 2001, ficando assim evidente, que o Plano Nacional de Educação demorou (13) anos para ser aprovado e vigorou até 2011.

Por conseguinte, a Lei nº 9394/96 determina nos artigos 9º e 87º, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do plano em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e instituiu a Década da Educação. Estabeleceu ainda, que a União encaminhasse o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Se o Plano Nacional de Educação – PNE, com a Lei 10.172/2001 deveria cumprir o papel de alavancar a educação no período de 10 anos, ela ficou definida como “[e]svaziada de seu suporte financeiro, ficou apenas em metas de ‘boa vontade’ conquanto expressivas do quanto se poderia fazer nos dez anos de sua validade”. (CURI, 2008, p.301). É o que será constatado, na Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação que vigorará até o ano de 2024, e que não é objeto desse estudo, por razões de delimitação. Cabe pontuar, que na aprovação desse plano observa-se uma lacuna de três anos e o que se apresentou como impasse foi a meta “20” que responde pelo financiamento da educação.

Os aspectos até aqui tratados, nos documentos legais produzidos no governo de FHC, se traduzem nas práticas dos oito anos desse governo. A partir de então, ainda tratando do governo de FHC, porém nos utilizaremos da análise realizada pelo então candidato a presidência da república Luis Inácio Lula da Silva - Lula, sobre a situação educacional do país. Optou-se pelo contraditório, já que a análise realizada para concorrer às eleições de Lula, consta do Plano de Lula Presidente (2002) diz respeito aos anos de governo de FHC. Propositadamente alguns pontos que convergem e, ou, divergem da gestão do Presidente Lula, que serão evidenciados no próximo item.

O governo de FHC no Programa do governo Lula

O que se segue é uma fotografia da gestão FHC, realizada no movimento de luta dos trabalhadores por uma escola pública rica, na lente do programa do governo Lula. O diagnóstico da gestão dos (08) anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, realizado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, dimensionam que “as políticas implantadas no governo Fernando Henrique Cardoso trouxeram consequências para a educação brasileira”, conforme o Programa de Governo – Coligação Lula Presidente, 2002.

O programa de gestão de Luís Inácio Lula da Silva, sucessor de FHC, nos dados do quadro educacional do ano de 2002, no segundo mandato de FHC (2002), último ano de governo, aponta que as características marcantes da política educacional eram: a centralização no controle de todos os níveis de ensino; descentralização na sua execução; privatização no atendimento da educação superior e infantil; baixa qualidade do ensino fundamental e médio e insuficiência geral de recursos.

O Programa do Governo do Presidente Lula é construído a partir de dados do governo anterior, no caso do governo de FHC, e o referido Programa detecta como erros de FHC e rechaça o controle concentrado no governo federal, via mecanismos centralizadores como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a exigência de adesão aos programas de reformas educacionais como condição de acesso a recursos e os procedimentos de avaliação centralizados e classificatórios. Analisa ainda, que o controle centralizado do governo federal em avaliações implementadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e o Exame Nacional de Cursos Provão¹⁰, focalizava mais o produto final do que o processo educativo. Essa forma de avaliação não deveria servir para destacar meramente a classificação dos Estados quanto à educação básica e a competição entre as universidades. Deveria ser instrumento para o planejamento e a intervenção do Estado, visando à melhoria do desempenho dos alunos e à melhoria do sistema de ensino. (idem, p.6).

A crítica do candidato Lula ao governo FHC, via Programa (2002), vai além, e aponta que “o Enem revelou as profundas diferenças de desempenho dos alunos no ensino médio, fruto das desigualdades de base e do progressivo descomprometimento da qualidade da educação básica estadual e municipal”. Segundo o Programa isso se devia à falta de compromisso dos governos e as más condições de ensino, advindas, principalmente, dos baixos salários, da sobrecarga de trabalho, em muitos casos, e da falta generalizada de professores em disciplinas como Física, Matemática, Química e outras.

No programa do governo Lula (2002), se observa a crítica à descentralização e democratização do poder do executivo nos oito anos de FHC. A crítica é direcionada à execução da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef. Por meio do Fundef, o governo federal deveria repassar recursos aos Estados cujo investimento – aluno-ano fosse menor do que o estabelecido nessa lei. Mas ao fixar um valor mínimo anual por aluno menor do que a média geral do investimento – aluno-ano feito pelos Estados, a União, em vez de beneficiar uma dezena e meia de Estados, como era previsto na proposta do Fundo, complementa recursos de apenas quatro. O texto diz ainda, assim, o governo federal consolida as desigualdades entre Estados, praticando, em vez de uma política de equidade, uma política de ‘igualdade na pobreza’ (idem, p.8).

Apesar da crítica realizada ao Fundef no Programa em análise e das fragilidades desse fundo, de que ele que não contemplava a educação básica, vale, aqui, um breve apontamento: o Presidente Lula demora três anos para, só no último ano de seu primeiro mandato, aprovar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb em substituição ao Fundef.

Ainda assim, apesar desse descompasso no financiamento para a educação, corrobora Vieira (2009) que, no período dos anos de 1998 e 2006, o Ensino Fundamental, direito público subjetivo e de oferta obrigatória, foi à única etapa da Educação Básica a contar com recursos assegurados em lei, através do Fundef, instituído pela Emenda Constitucional Nº 14/96, regulamentado pela Lei Nº 9.424/96.

Neste sentido, Leher (1999) dimensiona o financiamento da educação, a globalização e a serviço de quem está o Estado brasileiro.

¹⁰ Sobre o Exame Nacional de Cursos - ENC o “dito Provão”, que foi criado pela Lei 9.131/1995 [...] cabe destacar que todos os concluintes de graduação realizavam a prova. ‘A ênfase do Exame Nacional de Cursos recai sobre os resultados e não sobre o processo, estabelecendo-se os ranqueamentos das IES. (SOUZA & SILVA, 2014, p. 07).

[...] A criação de uma nova forma de financiamento da escola fundamental (Fundef) está redesenhando as atribuições dos Estados e municípios. A reforma curricular está moldando as escolas aos “imperativos da globalização” e a avaliação centralizada garante o controle estatal da atividade docente. Formalmente, todos podem usufruir das benesses da globalização e as condições de governabilidade estariam asseguradas. Este é o mapa das ideias que institui um verdadeiro apartheid educacional planetário, sob a batuta do Banco Mundial (LEHER,1999, p. 29).

O Estado, ao que parece, assume a responsabilidade que lhe cabe com a educação, porém, como que utilizasse de uma assessoria para perceber decisões com o que a nova ordem apresenta. Por trás disso, são as questões políticas e de governança que estão em jogo, para manter a ordem estabelecida, com alguns aparatos às populações mais carentes, e, fazendo-os acreditar que se encontram em um patamar diferente, sobretudo com o poder de compra que o capitalismo exige. A partir da nova ordem, não basta mais tomar empréstimo do Banco Mundial, pois o Banco sabe como, onde e porque investir e no que garantirá aos governantes o apoio técnico necessário, para que o dinheiro emprestado aos países, acompanhado da assessoria do Banco, terá o destino *certo*, e a aplicação *correta*, que pode perceber-se, há uma simbiose entre o banco e o cliente. É a escola que se faz mera cumpridora dos ajustes dessa agenda, que tem o caráter da globalização.

Propomos uma parada e concluímos parcialmente o que conseguimos apreender do governo FHC, que se destaca pela reforma do Estado promovida nos seus dois mandatos, pela reforma Administrativa, pela implementação de mudanças profundas na vida econômica e nos demais setores da sociedade brasileira, passando de um Estado provedor ao Estado gestor, moldado ao gosto neoliberal, regido pelos organismos internacionais.

A reforma educativa é uma parcela dos setores que foram transformados no País. O executivo como já mencionado, tratou e entrevistou diretamente na elaboração e aprovação de documentos que seriam basilares, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em que o governo desconsiderou o debate realizado por quase uma década, para aprovar um substitutivo que atendia “à reforma necessária para o País¹¹”, nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que se apresenta, para além das práticas justificadas nos discursos, é que o Presidente implantou as medidas necessárias para o Brasil e os brasileiros precisavam sacrificar-se em nome de uma nova ordem imposta, a exemplo do campo educativo que, conforme Frigotto (1999) apresenta o ajuste neoliberal se manifesta na educação e da qualificação por um revisitar e ‘rejuvenescer’ a teoria do capital humano¹², tentando apresentar-se com um rosto, agora, mais social, no governo neoliberal!

Destaques em pontos do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva – LULA

Nesta parte nos dedicamos à análise do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Começaremos com uma citação que expressa o sentimento que o antecedeu como Presidente: “[a] eleição de um Lula constitui-se numa ruptura histórica com o passado. Porque, a partir do momento em que o Brasil puder eleger um homem como ele todas [...] coisas terão se alterado”. (FERNANDES, 1995, p.200). Fernandes compara Lula a Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, na educação, que se eles tivessem conseguido as reformas almejadas, mesmo que dentro da ordem, as contradições se acelerariam e, com vontade ou contra a vontade deles, o Brasil acabaria evoluindo, com muito maior velocidade, em direções indesejáveis para a classe dominante.

A utopia de se construir a sociedade nova de Fernandes (1995), cômico de que o País ainda

11 A reforma necessária para o País conduziu nesse período a três grandes empréstimos com o FMI, com a pecha da modernização, além da entrega das estatais para a iniciativa privada, em nome de conter a dívida pública, que não é objeto neste texto, mas fundamental nos elementos da privatização e como figuram os trabalhadores desse País, nesse processo. Para entender ler: FATORELLI, M. L. Auditoria Cidadã da Dívida DOS ESTADOS, 1ª Ed. Brasília: Inove, 2013.; FATORELLI, M. L. Auditoria Cidadã da Dívida Pública: experiências métodos. 1ª Ed. Brasília: Inove, 2013.; FATORELLI, M. L. A Dívida Pública em Debate. 1ª Ed. Brasília: Inove, 2012.

12 Sobre a teoria do capital humano – SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

precisaria avançar estava, sobretudo, no desejo coletivo de mudança radical para avançar para essa sociedade que, para ele, poderia terminar no socialismo reformista ou no revolucionário. Ele expressava e pautou sua vida na preferência pelo revolucionário. Afere-se que era preciso a mudança e ambas eram alternativas que eram possíveis de inserir a esquerda no fluxo da história.

Para avançarmos na análise, nos deteremos em elementos do Programa do Governo Luis Inácio Lula da Silva para a presidência: “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, do ano de 2002. No item anterior, apresentamos as críticas que esse plano fez ao governo FHC na análise daquele governo. A partir daqui, no governo do Presidente Lula continuaremos tecendo o que era promessa e o que se caracteriza como prática de ações, essencialmente nos documentos legais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação—Fundeb, Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) e, também, no Sistema Nacional de Educação e Plano de Desenvolvimento da Escola.

O ano é o de 2002 e o partido dos trabalhadores vence as eleições presidenciais, assume Luis Inácio Lula da Silva¹³. O governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva acontece dos anos 2003 a 2010, exercido por dois mandatos de 04 (quatro) anos. Por entendermos que não seria possível dissociar o Presidente Lula do Partido dos Trabalhadores - PT é que nesta análise estará presente, para além das políticas e ações deste governo, breves considerações sobre o partido que o elegeu Presidente, com a responsabilidade de transformar o País em todos os setores da sociedade, da concepção, às críticas ao partido. Justificamos como objeto de análise a presença do Presidente Lula quanto do Partido dos Trabalhadores - PT, pois o Partido dos Trabalhadores, após os dois mandatos de Lula, elege sua sucessora a Presidenta Dilma Roussef, primeira mulher presidenta do Brasil.

Após dois mandatos de governo Lula (2002 a 2010), e mais um de Dilma (2010 a 2014), a presidente foi reeleita no ano de 2014 e governaria até 2018¹⁴, sendo, então, que, de 2004 para cá, o Brasil foi governado somente pelo partido dos trabalhadores (PT). O PT segundo Motta (1999) é um dos cinco partidos que substituem o arranjo bipartidário que vigorou desde 1965, e a partir de 1980, surgem o PDS¹⁵, PMDB, PDT e PTB¹⁶.

A respeito da criação do Partido dos Trabalhadores:

[t]rata-se certamente de uma das construções mais originais da política brasileira”. Contribuíram para sua fundação alguns parlamentares eleitos pela legenda do MDB em 1978, mas as forças principais do PT vieram do universo extraparlamentar. As bases sociais do partido se originaram fundamentalmente de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luis Inácio ‘Lula’ da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas; e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. A originalidade advém exatamente desta mistura – por sinal não isenta de conflitos-, responsável pela união de católicos, marxistas, intelectuais e operários numa mesma entidade. Tratou-se igualmente de um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora do universo das elites e do estado. (MOTTA, 1999, p.p. 107-108).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência do Brasil, o País parece que retomou a serenidade, às lutas, agora consagradas. Os movimentos sociais, a academia, a igreja, enfim os trabalhadores sentiam-se então representados. Nesse contexto, a fala do agora ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, fazendo referência ao ano de 2002 e a “carta ao povo brasileiro”, expõe: “[n]ós fizemos a Carta ao Povo Brasileiro, que foi um documento muito (sic)

13 Governo Lula da Silva – Programa de Governo 2002 – LULA Presidente – Coligação: PT, PC do B, PL, PMN e PCB.

14 Em 2016 acontece o impeachment e Dilma perde o cargo de Presidenta, assumindo o vice presidente Michel Temer.

15 Do lado governamental, para Motta (1999, p.105) é praticamente uma “continuação da ARENA”. Fizeram parte do novo partido os políticos afinados com o regime militar, com destaque para os governadores dos estados e ministros. Um dos benefícios almejados pela reforma era tentar fortalecer o partido da situação, trocando o nome de ARENA para PDS, com fim de desvincular o antigo e impingir um novo.

16 Na oposição os parlamentares que tinham sido eleitos pelo MDB, criaram quatro PT, PMDB, PDT e PTB.

necessário. Eu era contra. Aliás, eu era radicalmente contra a carta porque ela dizia coisas que eu não queria falar, mas hoje eu reconheço que ela foi extremamente importante.” (SADER & GENTILE, 2013, p.18).

A carta a que se refere o ex-Presidente Lula, é datada de 22 de junho de 2002, que diz: “o Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos” (2002, p. 1). Expõe ainda que “há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político,” referindo-se aos dois mandatos que findavam de Fernando Henrique Cardoso.

Esta carta suscita curiosidades, o que Lula não queria dizer naquele tempo? Era contra a carta? Pelas análises percebe-se que essa carta foi um dos instrumentos que contribuiu para que o Partido dos Trabalhadores¹⁷ fosse vitorioso nas eleições de 2002. Gestada num processo de campanha eleitoral, ela tinha como foco os elementos econômicos, visava mostrar que o Partido que concorria às eleições, além de dispor de uma gama considerável de intelectuais do País, sobretudo, das universidades brasileiras, ainda assim, seria o governo dos trabalhadores, bem distante do PSDB. Na carta ao “povo brasileiro” **é possível observar que não é mencionada a educação.**

Se na Carta ao povo brasileiro, a educação não ocupou espaço, o programa de governo de Luis Inácio Lula da Silva à presidência foi elaborado na expressão da realidade brasileira, com o nome de Uma Escola do Tamanho do Brasil, uma imersão no referido programa na busca de elementos para a análise do que estamos chamando de plano teórico. O plano em si foi elaborado com elementos da prática do presidente FHC, das ações que deveriam ser expurgadas, segundo o Programa. Dessa forma, como se manifesta então, de forma prática, no transpor para outro tempo, o então presidente, Luis Inácio Lula da Silva. A proposição central é de discutir a ideia de educação como um direito inalienável, que preconizava o programa, ou “[a] importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: ‘a aprendizagem é a nossa própria vida’.” (MÉSZÁROS, 2008, p.53).

A análise do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, nos aspectos educacionais nos dá elementos para a discussão no Programa de governo Uma Escola do Tamanho do Brasil. Já na apresentação, a justificativa da escolha do título para o Programa na área de Educação é porque ele expressaria, com exatidão, a prioridade que essa política pública teria no Governo Lula. Diz ainda, que “[u]m país como o nosso, cuja população economicamente ativa possui, em média, apenas 04 (quatro) anos de escolaridade tem obrigação de transformar essa situação se quiser construir soberanamente seu futuro.” (Programa de Governo – Coligação Lula Presidente, 2002).

O programa aludido se compromete com um projeto que assegure a “educação como direito”, lembrando Anísio Teixeira (1957), e quando avançamos na análise encontramos também que “educação não é privilégio” obedecendo a três diretrizes gerais: “democratização do acesso e garantia de permanência; qualidade social da educação e implantação do regime de colaboração e democratização da gestão”, no Programa de governo Uma Escola do Tamanho do Brasil (2002, p. 4). Essas diretrizes que orientam o programa são construídas com base na educação e crítica ao governo de FHC. A democratização do acesso à educação básica no programa de governo Lula da Silva é entendida como “direito! Qualidade é fator fundamental para o resgate de uma dívida social histórica, que exige a inclusão, na escola [...]” (idem, p.7).

O programa Bolsa-Escola, articulado ao Programa Nacional de Renda Mínima, prevê, no Programa do Governo Lula (2002), que seja implementado como parte integrante do projeto político-pedagógico, inclusivo e de qualidade, nos níveis de ensino fundamental e médio da educação básica, uma vez que compõe a política educacional, com o objetivo de garantir a permanência dos alunos na escola. Nessa perspectiva, o programa tinha como prerrogativa exigir o acompanhamento sistemático da vida escolar do aluno e a interação com as famílias beneficiadas. A bolsa-escola previa que a bolsa seria paga por família, e não por criança, e que a frequência dos alunos às aulas seria fiscalizada de forma rigorosa (idem, p.16).

Os programas de renda mínima e outras ações destinadas à geração de emprego e renda estão propostos no programa com prioridade, para que as famílias tenham condições de manter as crianças na escola, e os jovens e adultos teriam condições de nela permanecer. Na prática,

17 O Partido dos Trabalhadores – PT, LULA concorreu à presidência em um período de 12 anos, durante três pleitos eleitorais, nos anos de 1989, 1994 e 1998. A conquista ao Palácio do Planalto se dá em 2003.

sobre ações do governo do Presidente Lula¹⁸, Chauí (2013) diz que estudos, pesquisas e análises demonstram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças às ações em programas de transferência da renda¹⁹,

[i]nclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável [...]” (CHAUÍ, 2013, p.128).

No Programa em epígrafe a qualidade social traduz-se na oferta de educação escolar e de outras modalidades de formação para todos, com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população. Tem como consequência a inclusão social, por meio da qual todos os brasileiros se tornam aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando soluções coletivas possíveis e necessárias à resolução dos problemas de cada um e da comunidade em que vive e trabalha. São as pessoas que Freire (1978) nos ensina, no trabalho conjunto para fazer do mundo, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. “Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe a direção. [...] equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores, o povo”. (FREIRE, 1978, p.p.14-15).

A construção participativa do regime de colaboração e gestão democrática, a educação de qualidade social, transformadora e libertadora, para que o sistema e, especialmente, a escola sejam um laboratório de exercício e de conquista de direitos, que previa o programa, se ancorou na continuidade do governo anterior, pois

[a]s iniciativas do governo Lula da Silva seguiram os trilhos da política educacional do Governo Cardoso, como o apoio ao setor privado por meio de isenções tributárias, os contratos de gestão entre os municípios, estados e MEC, a avaliação produtivista dos resultados (ENADE, ENEM, SAEB, Provinha Brasil), as medidas focalizadas, o entusiasmo pela educação à distância, a disjunção da formação profissional e do ensino propedêutico, o conceito de educação rural proveniente do programa Escola Nova colombiano²⁰ (LEHER, 2010, p. 389).

Quando o autor afirma a continuidade do governo de FHC usando a metáfora dos trilhos que chega ao governo Lula, quer dizer, deslizando, com terreno fértil, ou melhor, ferro propício da colaboração e convivência entre o Estado e o setor privado, que se traduzem nas metas produtivistas a que ficam condicionadas às escolas, também, por meio da série de avaliações.

Neste sentido, já anunciada à separação da formação profissional do ensino propedêutico, que poderá ser constatado nas duas citações a seguir, extraídas do Programa de Governo Lula Presidente, de como seria, se o governo eleito tivesse cumprido seu programa de campanha.

É na Educação Básica e essencialmente no Ensino Médio que ancoramos nosso estudo e no balanço das políticas de 2003 a 2010 vale a pena conferir as propostas do Programa do Governo

18 Para Iasi (2014) o governo Lula é um governo de pacto social que, partindo de um programa e uma concepção pequeno-burguesa, crê ser possível manter as condições para a acumulação de capitais o que leva a uma brutal concentração de renda e riqueza nas mãos de um pequeno grupo, ao mesmo tempo em que, pouco a pouco e muito lentamente, apresenta a limitada intenção de diminuir a pobreza absoluta e incluir os trabalhadores na sociedade via capacidade de consumo (bolsas, salários e crédito, etc.).

19 Sobre programa de transferência de renda: “Se não foi possível assinar um novo financiamento com o governo federal para a educação após o fim do Fundescola, o Banco Mundial marcou seu lugar no Bolsa Família, no qual, mesmo com um valor pequeno, tem assegurada a sua cadeira na mesa de decisões [...] ilustrando a importância de mecanismos de persuasão na dinâmica dessas relações, [...] Sinal disso, talvez, é que seus presidentes seguem visitando o Brasil e sendo recebidos pelos nossos como chefes de Estado”. (Mello, 2012, p. 386).

20 “[o] conceito de educação rural proveniente do programa Escola Nova colombiano” a que se refere Leher (2010) é um Programa criado na Colômbia, na década de 1960, chegou ao Brasil, no final dos anos de 1990, e foi implantado como Escola Ativa, segundo Bezerra e Neto (2009) é uma estratégia metodológica criada, inicialmente, para combater a reprovação e o abandono da sala de aula pelos alunos das escolas multisseriadas do primeiro ciclo do Ensino Fundamental do campo, inicia nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atingindo a todos os estados da federação. Através desse programa educacional, sob controle de técnicos dos organismos governamentais, buscava-se formar um trabalhador dócil e controlar os movimentos sociais que tinham forte influência nessas regiões. O referido programa financiado pelo BM.

Lula (2002):

1. Universalizar gradativamente o ensino médio para todos os detentores de certificação do ensino fundamental de acordo com as metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estaduais, com o apoio federal de um programa de bolsas de estudo para aqueles que comprovadamente delas necessitarem, de modo a garantir-lhes o direito a essa etapa, com qualidade.
2. Garantir um ensino médio unitário, democrático e de qualidade, para um efetivo domínio das bases científicas, por meio de uma articulação entre governo federal e governos estaduais, para desenvolver ações efetivas como: a) prover prédios, laboratórios e equipamentos adequados; b) formar profissionais de educação competentes e atualizados, e no número necessário; c) adquirir recursos tecnológicos auxiliares no processo pedagógico e devida formação para sua utilização; d) implantar um programa de livros didáticos, cobrindo todos os componentes curriculares do ensino médio; e) desenvolver mecanismos permanentes de participação dos alunos e da comunidade escolar na discussão do processo de avaliação da escola, do trabalho pedagógico e de seus resultados, bem como da gestão da escola. (PROGRAMA DE GOVERNO *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, 2002, p.17).

Além das propostas para o Ensino Médio, a Educação profissional foi contemplada no Programa com o seguinte teor:

[o]cupa, hoje, um espaço no capítulo da educação na Constituição Brasileira e na LDB. No entanto, foi promulgada uma legislação reguladora (Decreto 2.208/97) com equívocos conceituais que promoveu alterações tanto na educação profissional como no ensino médio sem a necessária apreciação do Congresso Nacional. Tal decreto enseja a oferta de cursinhos de qualificação superficial, os quais nem mesmo as instituições que representam os sindicatos patronais se propõem a oferecer. Assim, toda essa legislação precisa ser urgentemente revista, examinando-se inclusive seu impacto sobre a rede federal e estadual de escolas técnicas. (PROGRAMA DE GOVERNO *Uma Escola do Tamanho do Brasil*.2002, p.18).

E na Educação de jovens e adultos, as propostas, a constatar a seguir:

1. Implantar o programa Mova Brasil para erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais.
2. Nosso governo, em conjunto com todas as forças políticas e sociais empenhar-se-á para implantar um plano que possibilite o atendimento da demanda para o ensino fundamental e médio para os trabalhadores e trabalhadoras que ainda não os completaram (PROGRAMA DE GOVERNO *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, 2002, p.21).

Em um estudo de Sousa Junior (2012), que analisa a proposta de ensino médio integrado, o autor se reporta ao debate em torno dos Decretos Presidenciais Nº 2.208/97²¹ e Nº 5.154/04. Sobre

21 A revogação do Decreto de FHC, por Lula, segundo Sousa Junior (2012), que separava o ensino médio regular da educação profissional foi alvo de inúmeras críticas dos educadores do campo crítico porque ia de encontro às melhores propostas de integração, ou seja, porque representava a própria desintegração da formação.

o Decreto 2.208/97, o Decreto que no Programa de Lula (2002) fala de “equivocos conceituais”, como pode ser constatado anteriormente, após Presidente Lula em meados de 2004, através da edição de um novo Decreto o de Nº 5.154/04 resguarda a possibilidade de articulação entre ensino médio e profissional, mas admite a existência do modelo anterior. Dessa maneira, o presidente Lula teria descumprido promessa de campanha, demonstrando uma vez mais disposição para a conciliação.

Assim, ao admitir a manutenção da situação vigente e ao legitimar a formação desvinculada que se propagou em virtude do “Decreto Nº 5.154/04, impôs, por conseguinte, grave retrocesso à formação profissional. Venceram os empresários do setor e as direções das escolas técnicas que operam na mercantilização dessa modalidade” (LEHER, 2005, p. 51).

Articulada a essa questão estava a expectativa, referente à educação profissional, de que Lula da Silva estabelecesse mecanismos de controle público sobre a atuação do —Sistema S²², regulamentando seu funcionamento, submetendo suas iniciativas aos interesses públicos e impondo transparência na utilização dos recursos.

De início, ainda em 2003, no primeiro ano de governo Lula da Silva, evidenciou-se a força do setor privado na queda de braço em torno da educação profissional. A batalha foi perdida muito cedo devido à organização do setor privado e sua ascendência sobre o governo (SOUSA JUNIOR, 2012, p. 5).

Ao que corrobora, um outro excerto em alusão ao primeiro mandato do presidente Lula, Oliveira (2009) diz que

[f]oi marcado, no campo educacional, muito mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu – FHC – mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, restava a esse governo re-reformar a educação ou conservar e manter as iniciativas anteriores. A opção parece ter sido pelo segundo caminho” (OLIVEIRA, 2009, p. 199).

O que a autora supracitada, denomina de opção do governo em continuar com as iniciativas implantadas no governo anterior, parece se confirmar quando se observa o discurso do Presidente da República: “para governar precisa de apoio político e de alianças que se dão especialmente no parlamento brasileiro, que o governo não enfrentou problemas”, nas palavras do Presidente Lula “Nós aprendemos a construir as alianças necessárias” (SADER e GENTILI, 2013, p.18).

Nestes termos parece que teria sido possível cumprir o programa Uma Escola do Tamanho do Brasil, no que se refere ao financiamento público da educação, que preconizava que as propostas de ação do governo Lula “para superar a grave situação educacional devia estar em consonância com as reivindicações da sociedade civil organizada, refletidas nos avanços políticos feitos no âmbito do Congresso Nacional quando da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE” (p.32) referindo-se a Lei nº 10.172/2001, com a observância de que foram alocados poucos recursos para a execução do Plano.

Uma das ações prioritárias do governo Lula nessa direção era reexaminar os vetos do presidente Fernando Henrique ao PNE/2001, criando as condições para que através do esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o percentual de investimentos públicos na educação, em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, fosse elevado para o mínimo de 7% no período de dez anos. A meta que o governo tinha se comprometido em seu programa era tímida,

22 Sistema “S”-Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. <http://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 04 de março de 2015.

mesmo assim, não foi cumprida, já que a luta histórica protagonizada, defendida e, inclusive, materializada no PNE da Sociedade Brasileira²³ era de 10% do PIB para a educação (PNE, 1997). Expressões como “reexaminar”, “criar condições”, denotaram o não cumprimento dessa parte do programa, pois efetivamente ele não disse que mudaria, ou reverteria²⁴ o quadro educacional.

O financiamento da educação, para Sousa Junior (2012), no primeiro mandato Lula da Silva, são inferiores aos realizados na era de FHC. Ressaltamos que, nos oito anos de mandato de Lula da Silva, somente nos anos 2008 e 2009, portanto em (02) anos, o percentual do PIB investido em educação superou a marca média de FHC de 4%. Em todos os demais anos esse percentual sequer atingiu 3,2%. Para Sousa Júnior (2012), o Presidente Lula manteve, durante parte de seu governo, os mesmos problemas de financiamento da educação existentes no governo de FHC, o que ele nomeia de a continuação dos recursos para garantir lucros e rendimentos do grande capital, a estrutura tributária regressiva e a manutenção de uma parte significativa da arrecadação fora da incidência da vinculação de receitas da educação. Além disso, durante parte da era Lula, mantiveram-se perdas com Desvinculação das Receitas da União –DRU²⁵.

ADRU, que é como ficou conhecida e aprovada em 1994, permitia que o governo desvinculasse e aplicasse em outras áreas 20% do total de impostos arrecadados pela União, independentemente das vinculações previstas na Constituição. A proposta de Emenda Constitucional (PEC 96/03) que extinguiu a DRU para a área educacional tinha como fim destinar integralmente 18% do total de recursos arrecadados com impostos federais à educação, como prevê a Constituição Federal de 1988. Apesar de ter sido aprovada no governo de FHC, é necessário o registro de que foi necessária muita luta, sobretudo dos educadores, para que o governo do PT, reconhecesse a Constituição e, assim mesmo, a desvinculação se fez de forma parcelada, ou seja, os 20% da DRU gradualmente reduzidos até sua extinção somente em 2011. Em 2009, o percentual cairia a 10% e, em 2010, a 5%. Somente em 2011, os 18% previstos na Carta de 1988 foram totalmente destinados à educação.

Nos estudos de Sousa Junior (2012), o autor elucida que os recursos vinculados à educação são única e exclusivamente oriundos de impostos, o que é arrecadado com as contribuições sociais não é incluso no cálculo da receita vinculada. Ele chama a atenção para o fato de que os impostos representam menos de 50% da arrecadação geral, isso significa que cerca da metade do que se arrecada fica de fora dos cálculos da vinculação de receitas para a educação. Foi assim nos anos 1990, sofrendo alteração na década posterior. “O que não se modificou foi o fato de que a vinculação das receitas continua incidindo sobre uma parte apenas da arrecadação e aí reside uma das principais sugestões para reforçar o financiamento da educação, [...]”. O autor alerta que não é possível a implantação sob o ditame do ajuste fiscal, a legislação precisaria prever “[q]ue se aplicasse a vinculação de receitas da educação sobre o total da arrecadação e não apenas sobre impostos”.(SOUSA JUNIOR, 2012, p. 7).

Como apresentado, foi somente no último ano do primeiro mandato do Governo Luis Inácio Lula da Silva, segundo Oliveira (2009), utilizando da Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, da nova redação ao parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o governo cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Fundeb, substituindo assim, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. O Fundeb foi então regulamentado pela MP nº 339, de 28/12/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/06/2007.

23 As entidades representativas da sociedade organizada e os diferentes segmentos da população brasileira constroem o PNE, com o entendimento de que a educação é “[u]m instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PROPOSTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA, p. 11, 1997).

24 A respeito de não comprometer-se, em um jogo de expressões, como aparece no programa Lula sobre a criação de emprego, em todo programa o “que FHC deveria ter realizado” e habilidosamente o discurso no programa de Lula, como se fosse realizar, exemplificando: “nós nunca falamos em criar 10 milhões de empregos. No nosso programa de governo estava escrito o seguinte: ‘O Brasil precisa criar 10 milhões de empregos’. Nunca falei que era eu que ia criar. O Brasil precisava disso para resolver o problema do desemprego. (SADER e GENTILI, 2013, p.13).

25 “[à] DRU [...] foi um dos mecanismos usados para retirar recursos da educação. Surgiu como Fundo Social de Emergência, através de Emenda Constitucional (nº 1 de 01/03/1994), aliás, a primeira de muitas cujo objetivo era retirar da Constituição de 1988 o que ela tinha de democrático. [...] Estima-se que entre 1998 e 2008 as perdas da educação impostas pela DRU atingiram cerca de R\$ 80 bilhões”. (SOUSA JUNIOR, 2014, p. 8). Para o MEC, por meio da DRU, o Ministério da Educação perdia em torno de R\$ 7,5 bilhões por ano. Com isso, nos 14 anos de incidência da desvinculação, cerca de R\$ 100 bilhões teriam sido retirados da área educacional. <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 04 de março de 2015.

O Fundef contemplava com financiamento apenas duas etapas da educação básica, no ensino fundamental e, a partir do ano de 2007 pelo Fundeb, estão contempladas todas as etapas e as modalidades da educação básica, da creche ao ensino médio, fundo este que está previsto para vigorar por 14 anos, ou seja, até 2020, e é “o principal mecanismo de financiamento da educação básica” (Oliveira, 2009, p. 198). A aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb é a primeira ação efetiva do governo do Presidente Lula, que acontece, somente após três anos de mandato.

Considerações acerca dos governos do PT e do PSDB

Nesta parte, alguns excertos de Chico de Oliveira (2008), na tentativa de entender o que Motta (1999) expressa a respeito da criação do Partido dos Trabalhadores – PT. Ele o considera “uma das construções mais originais da política brasileira”, um partido com os ideais da esquerda e de grande importância na política brasileira na década de 80.

Porém, no compasso da história, na obra de Francisco de Oliveira (2008) no livro crítica a razão dualista o ornitorrinco analisando os governos de FHC e Lula diz que o que explica as mudanças da criação ao poder,

[r]ecentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’. Há uma rigorosa simetria entre os núcleos dirigentes do PT e do PSDB no arco político, e o conjunto dos dois lados simétricos é a nova classe. (OLIVEIRA, 2008, p. 147).

O autor diz que na ideologia os partidos também se parecem muito, inclusive sendo formados nas melhores escolas. Essa “nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar de quem faz a ponte com o sistema financeiro”. (idem, p.148).

A análise de Oliveira (2008) é categórica quando expõe que não se pretende uma condenação moral, mas encontrar as verdadeiras razões para o que, para muitos, “parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores”. Dos que não podem mais ser considerados trabalhadores, mesmo não fazendo parte da burguesia, por vezes se misturam a ela, diz o autor, não devendo levá-los a confundir os “seu ‘lugar na produção’ é o controle do acesso ao fundo público, que não é o lugar da burguesia”. (idem, p.149).

Sobre a nova classe, para Oliveira (2008), é necessário lembrar Gramsci no novo consenso sobre Estado e mercado, não tomando os lucros do setor privado, mas do lugar onde se forma parcela desse lucro, no controle do fundo público.

Assim, encaminhamos para a continuação do que chamamos de primeiras considerações deste estudo, que veremos a seguir.

Aspectos conclusivos

Nos aspectos conclusivos, optamos por parar e retomar o objetivo que orientou o texto na análise das gestões dos Presidentes do Brasil no que tange à educação entre os anos de 1995 e 2010, período que compreendeu os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, e o que os aproxima e o que se configurou como ingerência do setor privado e Banco Mundial na educação do País.

Na análise os governos de FHC e Lula da Silva, são governos que estiveram a serviço do capital, num claro consentimento das políticas públicas ditadas pelo empresariado e Banco Mundial,

sobretudo nos documentos legais elaborados no País. Em todos os documentos da legislação, na lei maior da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ao Plano Nacional de Educação, fundos de financiamento da educação e os programas educacionais desenvolvidos no país, todos estão orientados pela agenda global, que preconiza o privado em detrimento do público, na lógica do lucro, numa evidente e compassada política que tem seu viés econômico e que se ancora nas avaliações, índices e resultados. A centralização no controle de todos os níveis de ensino e a descentralização na sua execução está presente nos dois governos.

A partir da constatação do desempenho dos governos, a pergunta que norteou o estudo “O que os governos de FHC e Lula da Silva representam enquanto Presidentes da República nas políticas para a educação brasileira?”, a resposta é que os dois presidentes abandonam a escola pública, que deveria ser rica, no sentido de emancipatória, como desejamos. O ideário neoliberal é assumido pelos dois governos. O que se percebe é que os ajustes estruturais e as reformas educacionais fazem parte desse processo global. As políticas neoliberais estão todas postas e sedutoras para os governantes, mas elas não são inevitáveis, pelo contrário, são opções que os governos fazem e se inserem nesse processo. A escola pública rica que emancipa, fica cada vez mais distante da classe trabalhadora, diante dos governos que se rendem ao capital.

A reforma do Estado promovida nos dois mandatos de FHC, que passa de um Estado provedor ao Estado gestor moldado ao gosto neoliberal e regido pelos organismos internacionais, não encontrou nenhuma resistência no governo de Lula que o sucedeu, pelo contrário, o que se percebe novamente é a continuidade.

Retomamos a expressão do octanato de FHC a que Leher se refere no início desse texto, e avaliamos que as análises sobre o governo Lula e mesmo sobre o Partido dos Trabalhadores, após 13 anos ocupando o cargo mais alto da nação, necessitam de aprofundamento das análises nos aspectos essenciais referentes às conquistas e retrocessos, sobretudo para as classes menos favorecidas.

As densas análises registradas sobre o período FHC arrefeceram-se com a chegada do PT à presidência da república e de alguma forma, a esquerda que conduz os rumos do país, inicialmente quando percebe que a ordem estabelecida no governo anterior continua, ainda encontra elementos para a argumentação e justificação de que a herança herdada era difícil de ser desfeita, a exemplo das privatizações das estatais, as PPPs travestidas de sociedade civil e outros codinomes. É o modelo de gestão de políticas públicas e sociais na reforma do Estado gestado no governo de FHC que continua no governo Lula.

Na educação, e também na família, a desresponsabilização do Estado tem ensejado, também, o envolvimento de outras instituições na implementação de programas sociais no nível local, tais como as Organizações Não-Governamentais – ONGs e as que surgem e ganham força recentemente como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs.

Não obstante, a partir do governo Lula ocorreram mudanças importantes no cenário nacional, porém, as mudanças não vieram como eram esperadas pela sociedade, a exemplo das conquistas sociais, como o poder de renda que aumentou com o Programa Bolsa Escola, que havia sido implantado pelo Governo FHC e teve, em 2003, com o Governo Lula, agregação de outros programas e foi transformado em Bolsa Família.

Se no primeiro mandato, Lula postergou as metas previstas no documento Uma Escola do Tamanho do Brasil e, diante de certa apatia no tocante às ações da área educacional, chegou até mesmo a ser contestada a existência de uma política organizada destinada a essa esfera, no segundo mandato seguiu a certeza da continuidade do que estava posto. A exemplo disso, temos o fundo de financiamento da educação, tão criticado e postergado, e que foi aprovado somente após três anos de governo de Lula.

Concluimos esse texto asseverando que os questionamentos que não estão sendo respondidos são constituintes de uma agenda ditada pelos organismos internacionais ao governo, em que a educação está entre os setores que possuem um grande potencial de lucro e o mercado deseja contribuir. Ou seja, é determinante que a educação pública dê lucro para o capital e, para isso, o fundamental é que o Estado sirva de fio condutor para as empresas, seja intervindo incisivamente na legislação, ou contribuindo com recursos e financiamentos para a iniciativa privada, seja precarizando o que é público e de responsabilidade do Estado. Assim, se faz necessário intensificar

o discurso de que a estrutura pública é *cara* e não é bem administrada para poder, enfim, justificar e continuar defendendo a presença dos organismos privados na educação brasileira.

Por fim, do que se esperava em termos de políticas e revolução educacional não se percebeu os avanços esperados para os “debaixo” e, certamente, nos dois mandatos do governo Lula se o programa que o elegeram tivesse sido cumprido, teríamos um outro desenho da educação brasileira. A clareza com que é criticado o governo de FHC, na análise de dados da situação do Brasil educacional da época, fazia com que se acreditasse nas intenções de mudança da educação, porém o comprometimento com ações de realização tergiversam em muitos aspectos e isso se faz sentir essencialmente nos documentos que tratam do financiamento da educação. Apesar da obviedade dos avanços do governo Lula, sobretudo para os menos favorecidos, foi ínfimo do que se esperava de um governo saído da classe trabalhadora.

As medidas aplicadas às empresas que primam pelos resultados com o menor custo, estão presentes nas escolas. Elas foram detectadas no governo FHC e apresentam a continuidade no governo de Lula, todas regulamentadas pelo Banco Mundial e traduzidas na legislação brasileira nas quatro gestões, com forte cunho do executivo na formulação e imposição do aparato legal, que não condiz com as necessidades da população brasileira, sobretudo, os mais necessitados. As ações maquiadas sob o manto de um governo democrático e popular sobressaem nos dois mandatos de Lula, porém o entendimento é que tanto FHC quanto Lula atuaram na mediocridade das ações em total acordo com o empresariado brasileiro e o Banco Mundial. A presença forte do que se chama de sociedade civil, a exemplo do Movimento Todos pela Educação é uma das amostras de que o empresariado brasileiro é quem está conduzindo a educação no Brasil. A concepção de gestão pública pautada na desresponsabilização do Estado, centrada em políticas de Governo e não em políticas de Estado, que de certa forma é a proteção dos governantes, na continuidade de seus governos.

Referências

Banco Mundial. **Prioridades y estrategias para la educación: examen del Banco Mundial**. Examen Del Banco Mundial, nº 14948, Washington, D. C.1995. Disponível em: <http://Documents.Worldbank.Org/Curated/Pt/715681468329483128/Pdf/14948010spanish.Pdf>. Acessado em: 20 de maio de 2017.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos; NETO, Luiz Bezerra. **Programa Escola Ativa: qual Educação para o trabalhador do campo?** Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acerhistedbr/jornada/jornada10/. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Câmara dos Deputados. **Emenda Constitucional nº 14, de 1996**. Bsb, 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1996/emendaconstitucional-14-12-set-1996-372814-norma-pl.html>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Aprovada pela Conferência Mundial de Educação para Todos Jontiem, Tailândia. 1990. Disponível em: www.unesco.org. Acessado em 20 de julho de 2014.

_____. **Declaração de Nova Delhi de Educação para Todos**. Índia: Nova Delhi, 1993.

_____. **Declaração/Compromisso Nacional de Educação para Todos**. Brasil: Brasília, 1993.

_____. **Declaração de Brasília (Grupo de Alto Nível de Educação para Todos)**. Brasil: Brasília, 2004.

_____. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <http://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF** -Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9424-24-dezembro-1996-365371-norma-pl.html>. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 7ª. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

_____. **Lei nº 12.061**, de 27 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm. Acessado em 01 de dezembro de 2013.

_____. **Lei 10.172/2001 instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 de março de 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 de julho de 2013.

_____. **Plano Decenal de Educação para Todos**. MEC/SEF. - Brasília: MEC/SEF, 1993.

CHAUI, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC**. *Educ. Soc.*[online]. 2003, vol.24, n.82, pp.37-61. ISSN 0101-7330. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 11 de janeiro de 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como Direito**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2017.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Universidade e talento**. *Revista Adusp*, nº. 4, p. 8-11, out. 1995 (edição especial).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IASI, Mauro. **O escravo da Casa Grande e o desprezo da esquerda**. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/noticia/o-escravo-da-casa-grande-e-o-desprezo-da-esquerda>. Acessado em: 04 de janeiro de 2017.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. *Revista Outubro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, out. 1999.

_____, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Roberto. **Educação no governo Lula da Silva: reforma sem projeto**. *Revista Adusp*, São Paulo, n.. 34, p. 46-54, mai. 2005.

_____, Roberto. **A educação no Governo Lula da Silva: A ruptura que não aconteceu**. In: Os anos

de Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro. Garamond, 2010.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. **Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma Educacional na América Latina - Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil: Convergências em torno de uma Agenda Global**. Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PNE. **Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira**. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 09 de novembro de 1997.

FATORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. 1ª Ed. Brasília: Inove, 2013.

_____, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública: experiências e métodos**. 1ª Ed. Brasília: Inove, 2013.

_____, Maria Lúcia. **A Dívida Pública em Debate**. 1ª Ed. Brasília: Inove, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, nº 82, p. 93-139, abr. 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/71740714-As-politicas-educacionais-no-governo-lula-rupturas-e-permanencias.html>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999. (2005, 3. ed.).

SADER, Emir e GENTILE, Pablo. **Balanço da Última Década: o necessário, o possível e o impossível**. In: **10 anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Editora Boitempo, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Luis Inácio. **Carta ao povo brasileiro. (2002)** Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acessado em: 23 de julho de 2015.

SILVA, Luis Inácio. **Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente. Uma Escola do Tamanho do Brasil**. Disponível em: [http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ Uma-escola-do-tamanho-do-Brasil.pdf](http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Uma-escola-do-tamanho-do-Brasil.pdf). Acessado em 12 de maio de 2017.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **A Política Educacional Brasileira de 2003 a 2010 e a Proposta da Integração do Ensino Médio ao Profissional.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/JustinoDeSousaJunior_res_int_GT1.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2015.

SOUZA, Neila Nunes de. SILVA, Mauricio Alves da. **A AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: Um estudo sobre como aparece a Avaliação Institucional na ANDIFES.** Cadernos ANPAE/IBERO AMERICANO, Porto, Portugal, 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO. Acessado em: 13 de dezembro de 2015.

SOUZA, Neila Nunes de. **MERCOSUL, INTEGRAÇÃO BRASIL E URUGUAI: Uma análise comparativa dos currículos de História e Geografia, do ensino fundamental.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Bases para uma programação de educação primária no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.27, n.65, jan./mar. 1957.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica política e gestão da escola.** Brasília: Liber Livro, 2009.

Recebido em 20 de março de 2018.

Aceito em 16 de abril de 2018.